

# CONFLITOS ENTRE A MINERAÇÃO E OS EIXOS DE EXPANSÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS E ÁREA DE EXPANSÃO, SC

*Hammes, D.F.<sup>1</sup>, Zwirtes, S.<sup>1</sup> & Camozzato, E.<sup>1,2</sup>*

<sup>1</sup>Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM/Porto Alegre – Serviço Geológico do Brasil

<sup>2</sup>Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/São Leopoldo – Escola Politécnica

**RESUMO:** Os grandes centros urbanos, de uma maneira geral, têm enfrentado problemas com o avanço progressivo do processo de urbanização, especialmente nas últimas duas décadas. Não raro, o processo de expansão de manchas urbanas conflita com a extração de insumos minerais, por avançar sobre potenciais depósitos e criar impedimentos para o uso futuro desses recursos fundamentais para a sociedade. O cenário acima referido não é diferente nos municípios englobados pela Região Metropolitana de Florianópolis e Área de Expansão (criada pela LC 636/14 de 09/set/2014). Neste contexto é que se insere o Projeto Materiais para Construção na Região Metropolitana de Florianópolis e Área de Expansão, uma ação do Programa Geologia do Brasil da CPRM vinculada ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Objetivando o diagnóstico técnico-econômico dos principais insumos minerais demandados para a construção (argilas, areias e pedras britadas), resultou do projeto, a delimitação de áreas de relevante interesse mineral para esses recursos minerais demandados naquela região. Uma significativa contribuição do projeto decorre da discussão sobre os conflitos da mineração versus a ocupação humana, com a conseqüente necessidade dos agentes públicos antecederem no ordenamento territorial a análise e resolução dos conflitos socioambientais resultantes da mineração. Os conflitos foram observados em dados obtidos nos principais rios da região, em especial nas várzeas da bacia do rio Tijucas. As reservas potenciais e volumes de produção de areias e argilas de planícies aluviais; argilas de solos residuais; e areias de leitos de rios; quando comparadas com as previsões de consumo, permitem garantir o suprimento desses recursos por, ao menos, 30 anos, desde que garantidas as áreas de extração. Os planos diretores municipais restringem (ou deveriam restringir), por exemplo, a ocupação das planícies aluviais, potencialmente alagadiças; as com alta a muito alta suscetibilidade aos processos erosivos; as com declividade superior a 30%; de recarga de aquíferos; ou com depósitos de tálus pela instabilidade natural aos transportes de massa e movimentos gravitacionais. Dentre as áreas de restrição à expansão urbana devem ser acrescentadas àquelas potencialmente produtoras de bens minerais para a construção. Os agentes públicos devem encontrar, nos planos diretores municipais, alternativas locais para os vetores de crescimento urbano para que não ocorra a emergência de conflitos pela superposição de uso com as reservas minerais. Os poderes municipais devem, além de garantir as futuras demandas da sociedade por insumos minerais, vislumbrar a importância socioeconômica do setor na geração de empregos e no retorno em impostos, oriundo da produção extrativa mineral e/ou das indústrias de transformação, como as de produção cerâmica. Muitas das atividades extrativas minerais no âmbito do projeto resultaram em passivos ambientais (como cavas abandonadas), com riscos evidentes às populações que habitam as proximidades das áreas degradadas. São ressaltados, ainda, pelo projeto, os estudos dirigidos ao ordenamento territorial na elaboração de Planos Diretores, objetivando o estabelecimento de convivência mais harmoniosa, menos conflituosa, entre o crescimento das cidades e a mineração de agregados para a construção civil. O desenvolvimento sustentável na indústria mineral não é apenas uma possibilidade, mas uma alternativa viável e necessária.

**PALAVRAS-CHAVE:** FLORIANÓPOLIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PLANOS DIRETORES.